

HABEAS CORPUS Nº 639.238 - MG (2021/0005762-4)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : **DANILO AMARAL SEBE**
ADVOGADO : **DANILO AMARAL SEBE - MG147346**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
PACIENTE : **DILSON GUSMAO DE OLIVEIRA NETO (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de **DILSON GUSMAO DE OLIVEIRA NETO** em que se aponta como autoridade coatora o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**.

Consta dos autos a prisão em flagrante do paciente em 26/11/2020, posteriormente convertida em preventiva, em razão de suposta prática dos delitos previstos nos artigos 33 e 35 da Lei n. 11.343/06.

Aduz o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente da decisão monocrática que indeferiu pedido liminar formulado em *habeas corpus* impetrado perante o tribunal local, visando a soltura do paciente.

Alega a insuficiência de fundamentação do decreto prisional, o excesso de prazo na formação da culpa e a desnecessidade da medida extrema. Sustenta, ainda, a situação de risco decorrente da pandemia de Covid-19 e a inobservância ao disposto na Recomendação CNJ n. 62/2020.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para que o paciente seja colocado em liberdade, ainda que mediante a aplicação das medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SÚMULA

Documento: 120055546

Página 1 de 2

691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível habeas corpus contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210, ambos do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente